

A CRISTOLOGIA DE JOÃO CALVINO ^[1]

Rev. Nelson Celio de Mesquita Rocha*
Rio de Janeiro, Julho e Agosto de 1999.

CALVINO, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. Tradução: Rev. Dr. Waldyr Carvalho Luz. Casa Editora Presbiteriana, São Paulo, 1985. Volume II, Capítulos: VI-VII; XII-XVII. ^[2]

CAPÍTULO VI ^[3] IMPÕE-SE AO HOMEM PERDIDO BUSCAR EM CRISTO, O ÚNICO MEDIADOR, A REDENÇÃO

O pecador somente é aceito diante de Deus, o Pai, mediante Cristo Jesus, o único mediador, pois o homem encontra-se poluído e corrompido pelo pecado, incapaz de salvar-se. A genuína ordem, a estrutura cósmica, seria a divina escola para que o homem pudesse agir com piedade; reconhecesse que existe um Deus que tudo criou, voltando os olhos somente para Ele ^[4]. Mas, o pecado afastou o homem do Criador, e ficou em profundo desespero. A mente se tornou cega, e revestido de ingratidão, com os sentidos todos depravados. Com isso, não dá a glória devida somente a Deus.

Deus, na sua infinita misericórdia, providenciou um meio pelo qual o homem pudesse ser salvo, visto que, como diz Paulo: *“Porquanto, na sabedoria de Deus, o mundo não o conheceu a Deus através da sabedoria humana, agradou a Deus salvar aos que crêem, mediante a loucura da pregação”* (1 Co 1.21). Essa sabedoria de Deus é Cristo Jesus, o único Mediador, e a vida eterna se manifesta ao se conhecer o Filho de Deus, o enviado para salvar os pecadores (Jo 17.3). Isso compreende todos os séculos e não apenas a uma determinada época. Os homens não podem agradar a Deus sem a reconciliação promovida por Cristo, pois eles mesmos se tornaram alienados do Criador (Ef 4.18) e declarados malditos (Gl 3.10) e filhos da ira (Ef 2.3). Segundo Calvino, ao povo eleito Deus prometeu o Redentor, a fim de que o homem pudesse retornar à fonte, à verdadeira vida. Assim, Cristo é a verdadeira vida (Jo 11.25; 14.6). No Mediador, segundo João 1.12, os que O recebem, tornam-se filhos de Deus.

No Antigo Testamento a fé para a salvação já se polarizava em Cristo. O Mediador estava presente na propiciação, pela esperança da graça redentora ao povo antigo. Essa mediação foi consumada no Filho de Deus. Assim, a Igreja é um povo feliz, por ter sido

embasada em Cristo. O apóstolo Paulo afirma que a semente de Abraão que abençoaria os povos era Cristo (Gl 3.14). A ação do Mediador era juntar todos os dispersos, pela graça que elege e que liberta da escravidão do pecado. Calvino contempla Cristo nos escritos veterotestamentários, bem como o seu senhorio. Assim se expressa: *“Uma vez que Deus não pode ser propício ao gênero humano à parte do Mediador, disto já se faz bastante claro que, sob a Lei, aos santos Pais sempre lhes fora posto diante dos olhos Cristo, em Quem polarizassem a fé”*. ^[5]

Todas as promessas de libertação estavam contidas em Cristo, desde os escritos antigos ^[6]. Nas circunstâncias mais adversas, há a promessa de consolação; de modo especial se descreve o livramento da Igreja, em Cristo, onde o seu povo encontra a certeza da esperança que não vacila. Com seu Messias, saiu Deus para o livramento de Seu povo,

diz Habacuque 3.13. Calvino vê o Cristo prometido nos profetas em todas as suas profecias e afirma que, “*a esperança de todos os piedosos não há sido depositada em outra parte que em Cristo Jesus.*” ^[7]

Neste momento, quando se apregoa haver muitos mediadores no contexto da pós-modernidade, Calvino reconhece à luz da Palavra de Deus, que não pode o homem chegar-se a Deus sem a mediação do Cristo vivo. Os olhos devem estar voltados apenas para o que Deus realizou através de Jesus Cristo, pois, na vinda do Redentor somente restava o penhor único da misericórdia do Pai. O próprio Cristo ordena aos seus discípulos que creiam nEle, para que hajam de crer em Deus distinta e perfeitamente (Jo 14.1). Logo, diante disto se apreende que a fé ascende de Cristo a Deus, o Pai. Deus é o objeto da fé, e a mediação única é o Messias. Portanto, não se pode olvidar que, o primeiro passo para a piedade é reconhecer que Deus é Pai, bem como nenhum conhecimento de Deus se dá à parte de Seu Filho Amado, pois, desde o princípio do mundo foi Ele posto diante de todos os eleitos, para que se pudesse ter confiança e esperança.

CAPÍTULO VII ^[8]

NÃO FOI DADA UMA LEI QUE EM SI RETIVESSE O POVO ANTIGO, MAS QUE FOMENTASSE A ESPERANÇA DA SALVAÇÃO EM CRISTO ATÉ A SUA VINDA

A Lei Mosaica não foi dada a fim de que pudesse separar o povo de Cristo por quatrocentos anos após a morte de Abraão, mas para que mantivesse suspensas as mentes até a Sua vinda; também, para que fossem despertados o desejo e a expectativa do povo, e que não esmorecesse por uma demora mais longa.

Calvino entende que a Lei não se restringe apenas aos Dez Mandamentos, o que prescreve o viver piedoso e justo, mas também a forma de religião por Deus transmitida pela mão de Moisés. Com relação aos sacrifícios, não tinham a intenção de ocupar a mente dos adoradores em exercícios terrenos, mas o que era mais alto lhes ocupasse a mente. O seu objetivo era a certeza de que em Cristo o povo fosse constituído reino sacerdotal a Deus (Êx 19.6), não por via de sacrifícios de animais, mas pelo maior e mais excelente (Hb 9.12-14). Destarte, Cristo é o real cumprimento da Lei, que a Ele conduz. Ele foi posto diante dos olhos do povo antigo como que em um duplo espelho. Paulo explica melhor este assunto dizendo que os judeus haviam sido mantidos como que sob a custódia de um *pedagogo* até que viesse a semente a cujo favor a promessa fora dada (Gl 3.24). Cristo ainda não havia sido dado a conhecer intimamente, porque eram os judeus semelhantes a crianças, cuja insuficiência não podiam ainda suportar o pleno conhecimento das cousas celestes.

As profecias de Isaías e Daniel, prometem haver de vir a serem expiadas todas as transgressões do povo rebelde com um único sacrifício (Is 53.5 e Dn 9.26-27). O sacerdócio levítico cessaria, e surgiria o de Cristo, para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque (Sl 110.4; Hb 5.6; 7.21). A postulação de Paulo é que “*Cristo é o fim da Lei para a salvação a todo o que crê*” (Rm 10.4); “*Cristo é o Espírito que vivifica a letra, em si mortífera*” (2 Co 3.6,17). Em Gálatas 3.19 Paulo ensina que a Lei foi promulgada por causa das transgressões, a fim de que humilhasse os homens, e fossem convencidos de sua condenação. Portanto, a Lei dizia que todos eram pecadores e estavam perdidos. Daí não poderem se salvar, mas somente pela graça de Deus em Cristo.

O homem diante da Lei se acha imperfeito para cumpri-la, pois é culpado. O que fazer? Perder o ânimo e ficar em confusão, caindo-se em desespero visto a condenação e a maldição (Gl 3.10)? É certo que nenhum homem pôde jamais cumprir integralmente a Lei, porque ela evidencia nossa deplorável condição de pecado. Antes, precisa ser curado de sua enfermidade básica que o afastou de Deus, o *orgulho*. Essa enfermidade é responsável pela degradação da humanidade; faz que o homem se coloque no lugar de Deus. A Lei é como um espelho, em que contemplamos nossa incapacidade, então, a iniquidade desta resulta, e por fim a maldição. Como o espelho, nos mostra as manchas de nosso rosto.

Os filhos de Deus não ficam em desespero diante da condenação da Lei, mas encontram nela um outro propósito: recorrer à graça divina. Sabem que estão debaixo da ira de Deus, destarte, buscam a misericórdia do Senhor em Seu Filho Amado. Em Cristo, Sua face brilha, cheia de graça e brandura, para com os pecadores, ainda que míseros e indignos. *“A Lei foi dada para que vos fizesse culpados; feitos culpados, temêsseis; temendo, buscásseis perdão e não vos fíásseis em vossas próprias forças”*.^[9]

Para Calvino, a Lei também em sua função inibidora, restringe a prática do mal. É como um freio, coibindo a depravação daqueles que ainda não foram regenerados. Onde o Espírito de Deus ainda não impera, aí por vezes as paixões refervessem em tal medida que haja perigo de que a alma mergulhe no esquecimento e desprezo de Deus. E, se Deus não regenera aqueles que escolheu para fazerem parte do Seu Reino, faz com que permaneçam debaixo do temor até o dia de Sua visitação. Mas, eis o testemunho de quem foi alcançado pela graça de Deus, segundo Calvino: *“Ora, todos quantos viveram por algum tempo na ignorância de Deus confessam haver-lhes isso acontecido, que fossem contidos em certo temor e deferência de Deus pelo freio da Lei, até que, regenerados pelo Espírito, comessem a amá-Lo de coração”*.^[10]

A vida dos próprios regenerados é iluminada pela Lei, que vigora em seus corações, pois o Espírito de Deus habita neles. A Lei do Senhor é gravada nos corações dos eleitos (Jr 31.33; Hb 10.16), com o propósito de obedecerem a Deus. É o melhor instrumento de ensino para que aprendam cada dia, e com certeza maior, qual seja a vontade de Deus para sua vidas. A Lei de Deus não permite que haja inércia, assim, é como que um chicote, a fim de que o homem espiritual não fique parado. O Salmo 119.8-9 afirma a realidade da Lei do Senhor, que é perfeita e restaura a alma; é lâmpada para os pés e luz para as veredas (Sl 119.105).

Calvino trata da *função teleológica* da lei para o crente. O que significa? Tem um significado profundo, a começar pelo seu ensino às crianças (Dt 32.46-47). Os pais tinham de ensiná-las a guardar tudo o que estava escrito, a fim de pudessem viver para sempre. A Lei nos exorta à perfeição; a porfiar no que é mais proveitoso. *Quando testifica o Senhor que não viera para abolir a Lei, mas para cumpri-la, nem, até que se passem o céu e a terra, haver-se de deixar de parte da Lei um til, sem que tudo se cumpra* (Mt 5.17-18), *confirma Ele à saciedade que por Sua vinda nada haver-se-ia detraído da observância da lei. E com razão, uma vez que Ele veio antes para este fim: que lhe remediasse às transgressões. Por parte de Cristo, portanto, permanece inviolável o ensino da Lei, que, instruindo, exortando, reprovando, corrigindo, nos haja de plasmar e preparar para toda boa obra*.^[11]

Cristo é quem nos livra da maldição da Lei, através da Sua justiça e da remissão dos pecados daqueles que estavam debaixo dela, considerados malditos (Gl 4.5). Assim, recebem a adoção, e são chamados *filhos de Deus* pelos méritos de Jesus Cristo, que cancelou todas as dívidas pela sua morte e ressurreição: “*E vós, quando estáveis mortos pelos vossos delitos e pela incircuncisão de vossa carne, Deus vos vivificou juntamente com Ele, perdoando-vos todos os delitos e cancelando o título de dívida que nos era adverso nos decretos, e o removeu do meio, pregando-o, na cruz*” (Cl 2.13-14). Isto significa uma riqueza inigualável, no sentido de que, em Cristo, a barreira da separação foi vencida. Judeus e gentios não vivem mais cada um com o seu muro de separação (Ef 2.14-15). Foi criado um novo homem em Cristo.

CAPÍTULO XII [121](#)

PARA QUE CRISTO DESEMPENHASSE A FUNÇÃO DE MEDIADOR, FOI NECESSÁRIO QUE SE FIZESSE HOMEM

Foi para nós de máxima importância que fosse tanto verdadeiro Deus quanto verdadeiro homem aquele que teve de ser o nosso Mediador. O homem por si mesmo, não poderia se chegar a Deus. Deus na Sua infinita misericórdia providenciou para nós o que era o melhor. Nós não podíamos nos chegar a Deus, visto as nossas iniquidades, que nos separavam da divindade. O Filho de Deus se tornou o *Immanuel*, isto é, “*Deus conosco*” (Is 7.14; Mt 1.23). Mesmo que o homem fosse sem pecado, haveria a necessidade de um Mediador, pois a sua condição era abjeta demais para que se chegasse a Deus sem Mediador. O apóstolo Paulo nos diz que “*Só há um mediador entre Deus e o homem, Cristo Jesus, homem*” (1 Tm 2.5). O Espírito Santo revela a divindade e a humanidade de Jesus Cristo através da Sagrada Escritura.

Cristo, o celeste Mediador, assume, na encarnação, a natureza humana para a redenção da humanidade. O nosso firme apoio está no fato de que Deus se apropriou da nossa carne, dos nossos ossos, para que fosse um de nós; não relutou em assumir a nossa humanidade, e se tornou comum conosco, sendo Filho de Deus e Filho do Homem. Foi em tudo semelhante a nós, identificando-se conosco, e somente desta maneira podia ser o nosso Mediador único, a fim de que pudéssemos vencer o pecado e a morte, sendo garantida a nossa vida eterna.

Cristo é o penhor da nossa união com Deus. Na sua humanidade, sendo o Mediador, pôde ser obediente ao Pai em tudo, a fim de nos ensinar como agir semelhantemente. Em nosso lugar, com a nossa natureza, rendeu em nosso lugar, a Deus, a obediência e expiação que devíamos prestar, a fim de que apagasse a nossa culpa e aplacasse a justa ira do Pai. Assim, não teve outro propósito que a nossa redenção; restaurar o mundo decaído e socorrer os homens perdidos. Pelo seu sangue expiou os nossos pecados (Hb

9.22). Os profetas pregaram sobre Ele, que haveria de ser o reconciliador de Deus e homens. O castigo da paz estava sobre Ele, e pelas Suas pisaduras viria a cura (Is 53.4-5). Jesus foi o sacerdote que se ofereceu como vítima (Hb 9.11-12), e através de suas chagas muitos seriam curados; todos os desgarrados e extraviados seriam levados ao aprisco (Is 53.5.6). Nada há mais profundo senão que Cristo Jesus é o salvador dos perdidos. Destarte, está assim definido o propósito da encarnação: que Cristo se fizesse vítima e expiação para abolir-nos os pecados. O verdadeiro intercessor, que se interpõe entre Deus e os homens; o medianeiro para interceder.

Para Calvino, a tese de que a encarnação de Cristo poderia ter acontecido à parte da redenção humana é impropriedade. Paulo, inspirado pelo Espírito Santo, assim diz: “*O Pai nos elegeu em Cristo antes da criação do mundo, para que nos adotasse por filhos, segundo o propósito de Sua vontade, e nos houve por aceitos no Filho Amado em quem temos a redenção pelo Seu sangue*” (Ef 1.4-7). A encarnação estava nos planos de Deus por causa do pecado, que fez do homem um descompromissado com o seu Criador. Em relação ao texto paulino, Calvino entende que, certamente, não se pressupõe a queda de Adão como se a preceder ao decreto divino no tempo, mas se mostra o que Deus determina antes dos séculos, quando quisera trazer remédio à miséria do gênero humano.

Desta forma, Calvino combate a tese de Osiandro^[13], de que o homem foi criado à imagem de Deus, porque foi formado do segundo modelo de Cristo que haveria de vir, para que conformasse Àquele a quem o Pai já havia decretado encarnar-se. Segundo Osiandro, Cristo se encarnaria mesmo que o homem não tivesse pecado. Mas, Calvino rebate, e afirma que Cristo é a imagem do Deus vivo, que tudo se chegasse à glória do Criador a partir de Cristo Jesus. Se a Osiandro é permitido inferir que o paradigma primário da imagem de Deus tenha estado em Cristo homem, pela mesma razão, pode alguém contender que Cristo teve de assumir a natureza angélica, uma vez que também a eles pertence a imagem de Deus.^[14] É um absurdo o que ensinava Osiandro, que se o homem não tivesse pecado, manteria a sua própria imagem, e não a de Cristo. Mas, Paulo afirma ser Cristo o primogênito de toda criação (Cl 1.15).

CAPÍTULO XIII ^[15]

CRISTO, VERDADEIRAMENTE SE REVESTIU DA CARNE HUMANA

A realidade da natureza humana de Cristo é percebida na Sagrada Escritura. Resta, portanto, verificar como Ele desempenhou as funções de Mediador, revestido da nossa carne. A natureza humana de Cristo foi impugnada pelos Maniqueus e Marcionitas, pois achavam que Cristo era apenas um fantasma; o sonhavam provido de um corpo celestial. Calvino lembra que a bênção não é prometida ou em uma semente celestial, ou em um espectro de homem, mas na semente de Abraão e Jacó. Nem é o trono eterno prometido a um homem etéreo, mas ao filho de Davi e ao fruto de seu ventre; “*foi feito da semente de Davi segundo a carne*” (Rm 1.3). A expressão *filho do homem* exprime claramente a humanidade de Jesus Cristo, segundo o que consta nos relatos da Bíblia. Não é com dúvida que Paulo diz “*haver Deus enviado Seu Filho nascido de mulher*” (Gl 4.4), e inúmeros, nos quais mostra haver Ele sido sujeito à fome, à sede, ao frio e a outras necessidades de nossa natureza. Assumiu, portanto, a nossa natureza, para que, na carne e no sangue, mediante a morte, destruísse aquele que possuía o poder da morte (Hb 2.14-16). Com Ele somos contados por irmãos (Hb 2.11). Se fez semelhante aos irmãos, para que fosse misericordioso e fiel intercessor (Hb 2.17).

Calvino refuta a Márcion, que imaginava que Cristo se revestiu de um fantasma em vez de um corpo; também a Mani, que afirmava ser Cristo um ser angélico. Paulo chama Cristo de “*O Segundo Adão*” (1 Co 15.47), onde trata não de um ser angelical, mas do poder espiritual que, derramado por Cristo, nos vivifica.

Cristo, homem real, todavia, sem pecado, trazia unidas a divindade e a humanidade. Calvino achou um absurdo as teses na negação da humanidade de Jesus Cristo, refutando-as. Indo mais adiante em sua Cristologia, tratou da união das duas naturezas, a divina e a humana, sem nenhuma confusão.

CAPÍTULO XIV ^[16] COMO AS DUAS NATUREZAS DO MEDIADOR FORMAM UMA PESSOA ÚNICA

Do ventre da virgem Maria para si escolheu um templo que habitasse, e aquele que era o Filho de Deus se fez o filho do Homem, não mediante confusão de substância, mas mercê de unidade de pessoa. A divindade associada à humanidade, considerando cada natureza integral, dessas duas se constituiu um só Cristo (Jo 1.14). Calvino vê aí o mistério de Deus. Considera também, para ilustrar, o mistério do homem, composto de corpo e alma. Tanto um quanto o outro não se confundem: corpo é copo; alma é alma. Mas, um comunica propriedades ao outro, formando, portanto, um só homem e não muitos. Assim, fala a Escritura a respeito de Cristo.

Atributos próprios de cada natureza e sua inter-relação na pessoa de Cristo são desenvolvidos nessa rica Cristologia. É preciso considerar a pré-existência de Cristo, anterior a todos os séculos, porque já fora conhecido como Redentor, tanto no desígnio do Pai, como na mente dos piedosos. Paulo o proclama o “*Primogênito de toda criação*” (Cl 1.17). O próprio Cristo se predica haver sido glorioso junto ao Pai antes que o mundo fosse estabelecido (Jo 17.5), e que opera junto com o Pai (Jo 5.17). Segundo Calvino, isso de maneira alguma compete ao homem.

Quanto à natureza humana de Cristo, se verifica ser servo do Pai (Is 42.1); que se contempla nos relatos haver crescido em idade e sabedoria diante de Deus e dos homens (Lc 2.52); que não buscava a sua própria glória (Jo 8.50); que desconhecia o dia final (Mc 13.32); que não falava por si mesmo (Jo 14.10), e nem fazia a sua própria vontade (Jo 6.38), etc. Isso é da humanidade somente.

Em relação à *comunicação de idiomas* ou de *propriedades*, Calvino argumenta que, aquele que foi verdadeiro homem, derramou seu sangue pela humanidade, na natureza humana, sem contudo transferir propriedades à natureza divina. Mas, a natureza divina supria a natureza humana, assim, não podia pecar, entretanto, formava uma só pessoa realizando a obra do Pai. Destarte, em Cristo, as duas naturezas não se fundem, sem se separam, mas são unidas e distintas. Calvino rechaçou as teses de Nestório^[17] e de Eutiques^[18]. Nestório separava as naturezas de Cristo, e Eutiques negava a realidade da natureza humana de Cristo.

Calvino também refutou a postulação de Serveto, que ensinava ser o Filho de Deus, de início uma idéia, e já então foi preordenado como homem que seria a imagem

essencial de Deus. De início, foi engendrada em Deus a vontade de gerar o Filho, a qual se Lhe estendeu também em ato à própria criação. Para Serveto, Cristo era apenas uma representação.

CAPÍTULO XV [19](#) OS OFÍCIOS DE CRISTO: O MÚNUS PROFÉTICO, A REALEZA E O SACERDÓCIO

Para que saibamos o propósito pelo qual Cristo foi enviado pelo Pai, é preciso verificar os seus ofícios.

1. O múnus profético de Cristo.

Deus jamais deixou o seu povo sem ensino proveitoso e que fosse suficiente para a salvação, assim, todas as mentes piedosas tiveram essa certeza. Finalmente, tal ensino encontrou a sua plenitude na vinda do Messias. Nos últimos tempos Deus falou através de Jesus Cristo, o Seu Filho (Hb 11.1,2). Sabe-se que, os Profetas sempre mantiveram a Igreja sob expectativa, e ao mesmo tempo sustentou-a até a vinda do Mediador, pois nele estaria iminente a plenitude e conclusão de todas as revelações.

O título *Cristo* diz respeito aos três ofícios do Senhor Jesus, pois sabemos que sob a Lei, foram ungidos com óleo sagrado os *profetas, sacerdotes e reis*. De onde também foi imposto o título de *Messias* ao nosso ilustre Mediador prometido.

A doutrina de Cristo é na sua perfeição o fim de todas as profecias. Deus se expressou no Evangelho dizendo: “*Este é o meu Filho Amado, ouvi-O*” (Mt 17.5). O apóstolo Paulo registrou com toda propriedade, que “*nada considere valioso conhecer, exceto Jesus Cristo, este crucificado* (1 Co 2.2). O que é mais valioso é o ensino do Evangelho em sua simplicidade sobre a verdadeira sabedoria, cujos elementos se concentram na Pessoa de Cristo Jesus.

2. O múnus real de Cristo.

O Reino de Cristo é um reino espiritual e eterno. Os textos da Escritura que aludem a esse ofício, mostram essa realidade de maneira clara e objetiva: Dn 2.44; Lc 1.33; Sl 89.35-37. Mas, essa eternidade pode ser compreendida sob dois pontos de vista: um, diz respeito a todo o corpo da Igreja; o outro é própria de cada um de seus membros. A Igreja é a testemunha da ressurreição de Cristo, o povo constituído por Ele e para Ele; é seu povo protegido e sustentado perpetuamente por Ele, de sorte que permaneça incólume por entre turbulências e agitações de que é constantemente assediado.

Sendo o reino de Cristo eterno, logo somos partícipes dessa eternidade. Isso contrasta com tudo o que é da terra, porque é passageiro. Portanto, para os céus se eleva a nossa esperança e Cristo declara que seu reino não é deste mundo (Jo 18.36). O reino de Cristo é espiritual, o qual nos transporta para uma vida melhor por Sua graça.

Qual o proveito de estar a Igreja sob o reinado de Cristo? Qual o sentido da realeza de Cristo para conosco? É porque o seu fruto se patenteia para além da vida presente. O proveito não se restringe a coisas exteriores, de sorte que somente levemos vida alegre e tranqüila, floresçamos em riquezas e estejamos livres de todo o mal. Pelo contrário,

consiste no que é próprio da vida celeste. Cristo reina mais para nós do que para si mesmo, por isso, somos mais que vitoriosos diante das forças do mal. Destarte, isso contempla a resposta de Cristo aos fariseus, que o Reino de Deus está dentro de nós, não haverá de vir mediante sinais externos (Lc 17.20-21). O Reino de Deus é justiça, paz e gozo no Espírito Santo (Rm 14.17). Mediante estas palavras somos sucintamente ensinados que o Reino de Cristo nos **confirma**. O Reino de Cristo não é carnal ou, sujeito à corrupção, mas espiritual. Sabemos também, que o nosso Rei nunca nos deixará à mingua.

A natureza e a extensão do ofício real de Cristo é visto da seguinte forma: é o Reino que se situa no Espírito, não em terrenos gozos ou pompas, e, daí, para que sejamos seus partícipes, ao mundo se tem de renunciar. O Pai deu todo poder ao Filho, para que, por sua mão, nos governe, nutra, sustente, sob seu cuidado nos proteja, e nos auxilie. Assim sendo, está determinado na Escritura que, Deus é o Cabeça único da Igreja, porque as funções de Seu Filho amado na defesa da Igreja serão cumpridas. A Igreja sempre reconheceu ser Cristo o Senhor, que tem domínio sobre todas as coisas. Ele é o Rei que reina divinamente, porquanto para isso se revestiu de Mediador, aproximando-se de nós.

3. O múnus sacerdotal de Cristo.

Calvino apresenta o ofício sacerdotal de Cristo mediante três características fundamentais, para uma melhor compreensão por parte do estudante de Cristologia: *expição, reconciliação e intercessão*.

Cristo é o Mediador limpo de toda mancha, que por sua santidade, a nós nos concilie com Deus. Para que pudesse desempenhar o seu múnus sacerdotal, foi necessário apresentar um sacrifício. A Lei dizia que o sacerdote não podia adentrar o santuário sem sangue (Hb 9.7), para que soubessem os fiéis que, não podia Deus ser propiciado, a não ser expiados os pecados.

Só a Cristo compete a dignidade do sacerdócio, porque pelo sacrifício de sua morte, apagou nossa culpa e fez satisfação pelos nossos pecados. Se constituiu o nosso intercessor, pelo auxílio de quem conseguimos favor. Por isso temos confiança diante da oração, a tranqüilidade das nossas consciências piedosas, enquanto, em segurança nos reclinamos na paterna indulgência de Deus Pai.

Cristo exerceu a função de sacerdote com a finalidade de nos reconciliar com Deus. Ele nos torna favorável e propício, nos admitindo na participação de tão grande honra, ainda que sejamos depravados e não mereçamos a sua consagração e santificação (Jo 17.19).

CAPÍTULO XVI [\[20\]](#) COMO CRISTO CUMPRIU AS FUNÇÕES DE REDENTOR PARA QUE NOS ADQUIRISSE A SALVAÇÃO, ONDE SE LHE TRATA DA MORTE E RESSURREIÇÃO E DA ASCENSÃO AO CÉU

Cristo é o redentor e salvador, para que nEle busquemos justiça, libertação, vida e salvação, uma vez que estamos condenados, mortos e perdidos em nós mesmos. Pedro assim se expressa na Escritura: “*outro nome não há debaixo do céu que tenha sido dado aos homens no qual importa que sejamos salvos*” (At 4.12). O nome JESUS foi trazido dos céus por um anjo, cujo significado é SALVAÇÃO (Mt 1.21). Ele é o nosso Salvador.

Os homens se tornaram inimigos de Deus por causa do pecado e merecedores da ira divina. São todos nascidos para a condenação da Gehena.^[21] Destarte, considerados malditos, mas a ira de Deus foi superada pela misericórdia que se polarizou em Cristo Jesus. Em Cristo são todos reconciliados, recebidos na comunhão com Ele (Cl 1.21-22). É desta maneira configurado que à parte de Cristo o pecador está debaixo da ira de Deus. Mas, em Cristo é pleno de amor. Somente passamos a ter plena e firme união com Deus depois que Cristo a Ele nos une.

Uma vez que, fomos nascidos para a condenação da Gehena^[22], face ao pecado, e não que tenhamos essa marca por causa de Deus, pois o Senhor nos criou para a vida. Mesmo na condição de pecadores, Deus nos aceita por Sua misericórdia e graça. Essa aceitação e união somente se realiza por meio de Cristo. Calvino lembra que, à luz da Palavra de Deus, o Senhor nunca deixou de amar-nos, ainda que vivendo em rebeldia. Ele nos amou desde a fundação do mundo (Ef 1.4).^[23] O começo do amor de Deus por nós não se iniciou pelo derramamento do sangue de Seu Filho, mas antes da fundação do mundo, para que fôssemos seus filhos com o Seu Unigênito. Entretanto, é de fundamental importância saber que, a nossa redenção foi consumada mediante a obediência e morte vicária de Cristo. É como escreve Paulo: “*pela transgressão de um, muitos foram constituídos pecadores, assim, pela obediência de um, somos constituídos justos*” (Rm 5.19). Desde que Cristo se revestiu de servo, começou a pagar o preço de nossa libertação a fim de redimir-nos. João Batista proclamava que Ele havia de tirar os pecados do mundo, porquanto era o Cordeiro de Deus (Jo 1.29). Cristo realizou esse sacrifício de livre querer, servindo à justiça do Pai, sendo obediente até à morte, pode dar descanso às nossas consciências aterrorizadas, assumindo a pessoa de um mediador único.

A cruz era maldita não apenas na opinião humana, mas também por decreto da Lei divina (Dt 21.23). Logo, Cristo se faz sujeito à maldição por nós, fazendo um sacrifício expiatório para que tivéssemos vida. O Filho de Deus, absolutamente limpo de toda mácula, revestiu-se de nossas ignomínias, de nossas iniquidades, nos cobrindo de Sua pureza, condenando o pecado em Sua carne.

Cristo foi morto e sepultado, e isso está incluído nas palavras do Credo Apostólico. Esse sepultamento é a identificação conosco, porque morremos e fomos sepultados, mas o Filho de Deus venceu a morte, para que tenhamos direito à ressurreição. Nos dá Ele o livramento da morte a que havíamos sido sujeitos e mortificação de nossa carne.

Calvino trata da procedência e legitimidade da inserção e especificidade do artigo “*desceu em Hades*” no Credo. Há muitas interpretações quanto à descida ao “*hades*”^[24]. Ninguém há que dos patrísticos não deixe de citar em seus escritos a descida de Cristo às regiões infernais, ainda que o seja com diversas interpretações. Para Calvino, o Credo é a afirmação de nossa fé, e tudo o que nele se contém, foi extraído da mais pura Palavra de Deus.

O que quer dizer a expressão “*desceu ao hades*”? Certamente, Calvino contesta os que pensam ser uma descida para libertar os justos ali aprisionados. É uma fábula encerrar as almas dos mortos em um cárcere, considerada pueril. Sobre a passagem de 1 Pedro 3.19 onde ele diz que Cristo veio e pregou aos espíritos que estavam em uma “*torre de observação*”, que traduzem comumente como *prisão*, o próprio contexto nos conduz à reflexão de que os fiéis que haviam morrido antes deste tempo haviam sido co-partícipes conosco da mesma graça, pois que Pedro daí amplia o poder da morte de Cristo, que haja ela penetrado até os mortos, enquanto as almas piedosas não gozaram da visão atual dessa visita, que haviam ansiosamente esperado.

A descida ao hades é expressão dos tormentos espirituais que Cristo sofreu em nosso lugar, segundo Calvino. Ele foi ferido por causa de nossas transgressões; foi esmagado por causa de nossas enfermidades (Is 53.5). Cristo sofreu os mais terríveis tormentos de um homem condenado e perdido. Esta, porém, foi a verdadeira demonstração de Sua imensa misericórdia: não fugir à morte de que tão brutal se receava. Cristo, portanto, orando com lágrimas e forte clamor, é ouvido por Seu temor, não para que seja isento da morte, mas para que não seja dela tragado como um pecador, pois que ali representava a nossa pessoa. Cristo suportou o peso da severidade divina, porquanto foi afligido e ferido pela mão de Deus, experimentou os sinais todos de um Deus irado e punitivo.

Calvino aborda também o significado soteriológico da Ressurreição de Cristo, uma vez que na cruz, morte e sepultamento de Cristo nada se mostra senão fraqueza, todas estas coisas têm de ser ultrapassadas pela fé para que se revista ela de pleno vigor. Temos na Sua morte a firme consumação de nossa salvação, onde foi removida a maldição e de todo paga a pena, somos declarados regenerados para uma viva esperança, não somente através da morte de Cristo, mas mediante a Sua ressurreição (1Pe 1.3). Assim, a vitória da nossa fé se assenta na Ressurreição de Cristo Jesus. O poder de Deus se patenteia na ressurreição. Destarte, o mesmo que morreu, ressuscitou e aparece perante Deus por nós, como nosso Mediador (Rm 8.34).

Essa ressurreição, não sem causa, se liga a ascensão ao céu, pondo Cristo a sua glória em exercício para a nossa redenção. Ele está assentado à direita de Deus Pai, intercedendo por nós. Está investido no governo do céu e da terra, entrando Ele

solenemente na posse da administração a si confiada. Logo Ele é Rei. Assim, estar assentado significa, presidir sobre o tribunal celeste. Com a Sua ascensão nos abriu caminho para o céu; abriu o Senhor o acesso ao reino celestial, que através de Adão havia sido fechado. Se reitera, portanto, que Cristo é o nosso advogado constante e intercessor (Rm 8.34; Hb 7.25; 9.11-12). Ele levou cativo o cativo (Ef 4.8) e, despojou os inimigos, cumulando o seu povo de riquezas espirituais. Transfunde o seu poder espiritual, nos vivificando, para que nos santifique com seu Espírito, para que exorte a sua Igreja com variadas prendas de suas graças.

O Cristo que ascendeu aos céus voltará no final para julgar a humanidade. Ele descerá em forma visível, da mesma maneira que subiu (At 1.11) e aparecerá a todos com inefável majestade, com imenso poder da Divindade, com uma comitiva de anjos (Mt 24.30; 25.31; 1 Ts 4.16). Daí nos prescreve aguardá-lo como nosso Redentor até aquele dia em que separará os cordeiros dos cabritos, os eleitos dos réprobos (Mt 25.32-33). Os mortos

em Cristo ressuscitarão primeiro; em seguida, os que houverem de ser remanescentes serão com Ele arrebatados ao encontro do Senhor no ar (1 Ts 4.16-17).

Calvino, portanto, afirma sobre Cristo Jesus três pontos fundamentais: 1) Cristo é o centro absoluto do Credo; 2) Ele é o objeto único da nossa fé; 3) É Ele o tesouro exclusivo das riquezas de nossa salvação.

CAPÍTULO XVII ^[25]

CORRETA E APROPRIADAMENTE SE DIZ HAVER CRISTO MERECIDO A GRAÇA DE DEUS E A SALVAÇÃO POR NÓS

Os méritos de Cristo e a graça de Deus não se excluem, nem muito menos se conflitam. A mais luminosa luz da predestinação e da graça é o próprio Salvador, o homem Cristo Jesus. É através desta graça que o homem se faz cristão desde o início de sua fé. Deus nos amou primeiro e enviou o seu Filho para propiciação pelos nossos pecados (1 Jo 4.10). Deus estatuiu o modo da reconciliação. Aquele que não havia cometido pecado, Ele O fez pecado por nós, para que fôssemos justiça de Deus nEle (2 Co 5.21). Por sua obediência Cristo adquiriu e mereceu-nos a graça divina. A morte de Cristo foi vicária, em nosso lugar, concedendo plena satisfação à justiça de Deus em nosso favor (1 Jo 1.7). A sua morte foi o preço de nossa redenção, de onde auferimos perdão, justificação e vida para sempre.

^[1] Trabalho em forma de resenha, para complementar a matéria de Cristologia ministrada no Seminário Teológico Presbiteriano do Rio de Janeiro pelo Rev. Nelson Celio de Mesquita Rocha.
* Mestre em Teologia Sistemática pela PUC-Rio e Professor do Seminário Teológico Presbiteriano do Rio de Janeiro, da Cadeira de Cristologia.

^[2] Compreende as páginas 101-127; 230-300.

^[3] CALVINO, J. *As Institutas*. Volume II, São Paulo, 1985. Páginas: 101-108.

^[4] Calvino está se referindo à Revelação Natural, que era suficiente para o homem reconhecer que existe Deus e glorificá-Lo para sempre, mas o pecado fez com que esse homem ficasse cego, sem salvação.

- [5] CALVINO, J. *As Institutas*. Volume II, 1985, página 105.
- [6] Esses escritos são todos os livros do Antigo Testamento.
- [7] CALVINO, João. *As Institutas*. Volume II, São Paulo, 1985. Página 106.
- [8] Ibidem. Páginas: 109-127.
- [9] Calvino tem como base para a sua doutrina em Agostinho, ao se referir à graça de Deus. Ver página 118 da Obra de análise.
- [10] CALVINO, J. *As Institutas*. Volume II, São Paulo, 1985, página 120.
- [11] Ibidem. Página 123.
- [12] CALVINO, João. *As Institutas*. Volume II, São Paulo. Páginas: 230-240
- [13] Osiandro (1498-1552) foi pastor em Nuremberg. Para ele, o homem e os anjos seriam paradigmas para o Filho de Deus. É isso que Calvino refuta com toda a razão, na obra em análise. Calvino era um homem que não ficava sobre o muro, indeciso, mas desenvolvia o seu ensino, fundamentado na Sagrada Escritura, sem medo.
- [14] CALVINO, João. *As Institutas*. Volume II, São Paulo, 1985. Página 237.
- [15] Ibidem. Páginas: 241-248.
- [16] Ibidem. Páginas: 249-259.
- [17] CALVINO, João. *As Institutas*. Volume II, 1985, São Paulo. Página 424, notas. Nestório, patriarca de Constantinopla, sustentava a absoluta separação das duas naturezas em Cristo. O seu ensino passou a ser denominado de *nestorianismo*. Foi condenado como herege no Sínodo ou Concílio de Éfeso, de 431, por injunção, sobretudo de Cirilo de Alexandria.
- [18] Ibidem. Êutiques, monge de Constantinopla, levou a posição crítica ao extremo e, praticamente, negou a realidade da natureza humana de Cristo, o chamado *eutiquianismo*. Foi condenado por heresia no Concílio e Sínodo de Constantinopla, de 448. O Concílio de Ecumênico de Calcedônia, de 451, condenou a Nestório e a Êutiques, formulando o celebrado Credo de Calcedônia, que registra a cristologia havida por ortodoxa.
- [19] Ibidem. Páginas: 260-268.
- [20] CALVINO, J. *As Institutas*. Volume II, São Paulo, 1985. Páginas 269-293.
- [21] *Gehennae*. A tradução é *inferno*.
- [22] Consta na nota da página 432 das *Institutas*, Volume 2 o seguinte: *Gehennae. of hell* - do inferno. Assim, também, *der Hölle*, CR prefere: al infierno.
- [23] Pode-se verificar a Predestinação ou a Eleição de Deus.
- [24] Segundo o que consta na nota da página 434 das *Institutas*, Volume 2: *ad inferos*, lit.: às profundezas; lugares inferiores; aos infernos.
- [25] CALVINO, João. *As Institutas*. Volume II, São Paulo, 1985. Páginas: 294-300.